



ATA NÚMERO 18

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2021

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Pavilhão da Escola EB2/3 de Amaranante, a Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Sara Machado que substituiu nesta reunião a segunda secretária da Assembleia Municipal, Marta Marinho, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Raimundo Magalhães, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, André Magalhães, Rita Batista, Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Olívia Carvalho, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Oliveira, Fernando José Moura e Silva, **Paulo Barreira**, Pedro Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Maia, **Carlos Alberto Miranda**, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, **Sónia Andreia Ricardo Pinto**, **José Alberto Sousa Pereira**, **Luís Ribeiro da Silva**, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – António Silva
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira – **FALTOU** – Justificou a falta
LOMBA – José Sidónio Oliveira Pinto Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra

REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva

SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes

TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho - **FALTOU**

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Leite

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Marta Marinho, Carlos Alberto Rocha Oliveira e Dina Coelho, Carlos Alberto Machado e Carlos Carvalho.

Tomaram posse nesta reunião a senhora Sónia Andreia Ricardo Pinto e Luís Ribeiro da Silva.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos com a análise e discussão da ata da reunião de 12 de Dezembro de 2020. Relativamente a esta ata, pediram correcções os senhores deputados Vítor Briga Rei e António Jorge Ricardo, que prontamente foram efectuadas. Feito este procedimento, foi a mesma posta de imediato à votação. Foi aprovada com 51 votos a favor, zero abstenções e zero votos contra. Foi ainda aprovada em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

Aprovada a ata passou-se de imediato para o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Eu começo por realçar a organização desta reunião nesta altura difícil, uma organização de acordo com as regras de segurança e agradeço a todos os que para isso contribuíram. Registo o teste Covid que ontem foi realizado para salvaguardar a segurança de todos nós. Queria também dar uma palavra relativamente a esta situação da Covid, uma palavra de solidariedade a todas as pessoas que tiveram problemas com o Covid e também de condolências a todas as famílias enlutadas devido a esta autêntica praga. Quero também dar uma palavra de apreço a todas as empresas, instituições, ao município, às nossas freguesias que continuam a combater este flagelo. Esperemos que os bons sinais continuem e que saibamos agora

planear eficazmente o desconfinamento e que o plano de vacinação também seja eficaz até que as vacinas nos livres disto.

Para não falar só em más notícias, realço uma notícia que saiu no The Guardian em janeiro de 2021, onde se escreve sobre Amarante, que abre uma lista de 21 destinos por toda a Europa, onde Amarante é um dos destinos a visitar. Começamos bem o ano e esta notícia é um excelente indicador para o período pós-pandemia e por isso só podemos estar orgulhosos por este destaque dado por um jornal britânico de referência mundial. Saiu também no Jornal de Notícias, no mês de fevereiro, onde se escreveu que Amarante integra os dez municípios que terminaram o ano de 2020, sem dívidas a fornecedores. Acho que também devemos estar orgulhosos por mais esta referência positiva particularmente numa conjuntura em que é necessário um apoio especial à economia.

Também constato com orgulho e satisfação o enorme volume de obras e investimentos que está a decorrer na nossa terra, o que também é muito importante nesta conjuntura de necessidade do apoio que possa ser dado à economia. Estão a fazer-se coisas que já deviam estar feitas há muito tempo e por isso, vou abster-me de nomeá-las porque estão à vista de toda a gente. Parabéns senhor Presidente, porque o senhor e o seu Executivo estão a mudar a face da nossa terra e vão ficar merecidamente na história de Amarante.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "As minhas primeiras palavras são de felicitação pela organização desta assembleia municipal à semelhança das anteriores, porque em período de pandemia e muitas vezes porque o populismo é fácil de ser usado, é importante que os órgãos de soberania saibam continuar a reunir em condições de segurança respeitando as nossas condições de segurança enquanto eleitos. Efetivamente as reuniões da Assembleia Municipal em Amarante têm decorrido sempre nas melhores condições e a cada assembleia, tudo se tem feito para aprimorar aquilo que são as condições propostas aos deputados municipais e isso deve orgulhar-nos a todos porque só assim é possível fazermos bem o nosso trabalho. Podíamos ter adiado esta Assembleia, mas é importante que hoje possamos aqui discutir a agenda que tivermos para discutir. Quero deixar de viva voz essa nota em particular ao senhor Presidente da Assembleia que é a quem cabe em primeiro lugar essa responsabilidade de organizar os trabalhos.

A segunda nota que gostaria de deixar prende-se com a situação do Covid. Nós fizemos a última reunião da Assembleia conhecendo os dados elevadíssimos que se verificavam na nossa região. Fazemos hoje esta assembleia, num período de confinamento muito duro para os Amarantinos e para todos os portugueses, mas com a convicção que o pior já passou e portanto, vamos poder brevemente voltar à normalidade das nossas vidas e prosseguirmos o caminho da recuperação que tanto nos importa. Gostaria aqui de estender os elogios que o senhor deputado António Araújo fez e bem a todas as instituições do concelho, à Câmara Municipal e às mais diversas entidades, mas, eu quero acrescentar mais uma que o senhor deputado António Araújo se esquece sempre de mencionar, que é o governo porque o governo tem feito aquilo que lhe compete nesta mesma fase. Infelizmente, mais uma vez o senhor deputado esqueceu-

se desse pormenor. Este agradecimento tem de ser feito a todos porque neste clima de incerteza todos dão o seu melhor para responder da melhor forma possível à situação actual que é extremamente difícil.

Gostaria também de deixar uma nota, porque se na última assembleia municipal foram aqui feitas inúmeras críticas aos hospitais que servem a nossa região, também acho que é importante nesta fase e agora com tranquilidade de termos passado o principal pico, devemos ser capazes de dizer que as instituições hospitalares também foram capazes de se adaptar e de se reerguer e que nesta fase prestaram auxílio a outros hospitais fora da nossa região, porque efetivamente o período que passaram com o pico da pandemia na nossa região, permitiu-lhes também ficar mais preparados para que no futuro possam aliviar outras regiões quando elas estiverem nas mesmas circunstâncias que passamos no passado. Se há críticas numa determinada altura, também acho que é justo o reconhecimento a todos aqueles que fizeram um trabalho notável para que as coisas não corressem pior do que a situação assim antevia.

Feitas estas notas, gostaria de colocar algumas questões. A autarquia abriu um concurso já algum tempo para admitir 37 auxiliares para as escolas porque havia no rácio da distribuição insuficiência de recursos humanos nas nossas escolas. Ora, sendo este um tema importante, gostava que o senhor Presidente nos fizesse o ponto de situação desse concurso e qual a data expectável para que os funcionários possam estar devidamente a trabalhar. E já agora gostaria de ter a sua opinião sobre o funcionamento do concurso dado que algumas pessoas apresentaram algumas reservas face ao procedimento, embora eu não esteja aqui a fazer juízo de valor, mas apenas a dar uma oportunidade ao senhor Presidente de Câmara, de nos poder explicar o que pensa sobre isso.

Gostaria ainda de referir-me àquilo que foi dito pelo senhor deputado António Araújo, relativamente ao grande investimento que está a ser feito no concelho de Amarante. Disse que não iria falar das obras, mas que eram em grande volume. Eu também gostava que o volume ainda fosse maior e que alguns dos investimentos que foram prometidos ao longo dos últimos oito anos também estivessem agora a ser executados. Também posso enunciar, se for preciso, um conjunto muito alargado daquilo que eram obras supostamente previstas. Não estão ainda em execução e suponho que também não irão estar. aguardo então estes esclarecimentos, principalmente a questão do concurso e se assim se justificar, colocarei novas questões”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Quero dizer que não me esqueci do Governo. Como falei em todas as instituições, entendo que o governo é uma instituição e é claro que o governo também tem um papel nisto, mas também quero dizer-lhe, senhor deputado e aliás não sou só eu que o digo, é toda uma panóplia de especialistas e inclusive os jornais estrangeiros, infelizmente, que disseram que o Governo teve muitas falhas ao nível do planeamento e de organização, nomeadamente na resposta à terceira vaga. Eu penso que isto é notório e infelizmente não digo isto com vontade nem com gosto nenhum, mas estou convicto que poderia ter havido mortes evitáveis devido a essas falhas do Governo. Estou convencido de que se há-de apurar toda esta situação quando for oportuno, não agora que ainda estamos metidos nesta luta.

Quanto aos hospitais, se a situação melhorou é natural que os serviços nos hospitais tenham melhorado. Na altura, ninguém criticou e apenas constatamos os factos e o caos que existia no hospital. Espero que isso tenha sido uma lição para o futuro e que de uma vez por todas se dêem as valências que são necessárias ao hospital de Amarante. Já agora, exorto toda a gente a contribuir para isso, não só a Câmara mas também os senhores deputados do Partido Socialista, que dentro daquilo que puderem fazer contribuam para isso.

Quanto ao concurso para admissão de auxiliares para as escolas, não me lembro daqui se vir falar em procedimentos de concursos. Acho que são assuntos jurídicos e quem não estiver satisfeito com isso, existem os tribunais, existem os recursos hierárquicos e por isso parece-me que este assunto não deverá ser discutido numa assembleia. Vai haver sempre pessoas descontentes, que certamente recorrerão da decisão, mas para isso é que existem os tribunais onde as pessoas podem defender os seus interesses. Não devemos meter política nisto e não me lembro de tais assuntos serem aqui discutidos porque este não é fórum onde possam ser discutidos.

Quanto aos investimentos, desculpe que lhe diga senhor deputado, o senhor usa mais uma vez a argumentação da amálgama. É claro que vai estar sempre alguma coisa por fazer, mas senhor deputado só não vê quem não quer a dimensão das coisas que estão a ser feitas em Amarante e nas freguesias. Se o senhor deputado não quer ver, eu não posso fazer nada".

MANUEL PINHEIRO - PS

No uso da palavra disse: " No caminho de todas as intervenções que fiz ao longo destes anos foi sempre no sentido de chamar a atenção e enumerar algumas situações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos amarantinos e é nesse sentido que mais uma vez aqui estou. Trago aqui hoje um alerta e principalmente um reparo. No edifício da antiga Casa das Lérias que está a ser recuperado, verifiquei que foram lá colocados dois armários à face do passeio, dois autênticos mamarrachos de estruturas fixas em chapa, que não me parecem nada bem ali colocados, porque desde logo impedem parte da vista lindíssima para o rio e para a explanada que caracteriza aquele local. Concerteza que fará parte do projeto, mas parece ali muito mal. Agradecia que vissem e por isso fica o reparo.

O outro reparo prende-se com o fontenário sito na mesma rua da antiga Casa Alcino Reis, que serve também de miradouro para o rio, tem o teto muito negro, e depois quem se senta nos bancos ali existentes está sempre a levar com os bichos que se colam ao teto. Gostaria que o senhor Presidente tivesse em consideração esta situação.

Quero também alertar para a degradação da rede viária que tantas vezes chamo aqui à atenção, embora alguma já tenha sido reparada, quero alertar para uma que já há muito tempo se encontra por arranjar, que é a rua que dá acesso ao tribunal e que tem um remendo a paralelos, resultante de um corte de água e saneamento.

Uma outra questão que aqui quero trazer prende-se com questões sociais. Temos pelo menos um cidadão, um ser humano que dorme por baixo da ponte, situação que nos deve sensibilizar a todos. Não se trata apenas de uma questão social, mas também ambiental porque na zona onde dorme há ali roupa, colchões e lixo. Não me

parece bem e para quem gosta tanto desta terra aquilo não fica ali bem. Agora que cada vez mais se fazem coisas para tornar Amarante cada vez mais aprazível, para quem nos visite e fique. De momento era isto que queria dizer”.

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse: "Quero também fazer um breve comentário sobre este grave problema que afeta a vida dos portugueses. Temos por isso repercussões de algumas medidas que tiveram, ainda tem e que podiam em meu entender ter sido evitadas. Não podia deixar de trazer esta questão e até porque temos cá presente o senhor deputado da nação e como há vários canais de chegar ao poder, aproveito este momento para dizer que muitos dos problemas do passado e que muito provavelmente ainda se verificam no presente, resultaram muito senão de um problema do Governo e da senhora Ministra, que o Governo não soube ou não quis internamente resolver porque há estigma ideológico que tem a ver com muitos meios da rede pública e privada de saúde que podiam desde início ter sido utilizados e não foram. Foi mais fácil recorrer à ajuda externa do que utilizar os meios e os recursos e maximizar a capacidade instalada que tínhamos cá, prontamente resolvíamos esse problema e o estado não iria pagar mais por isso. O preço que o estado tem com os hospitais públicos seria o mesmo que o estado pagaria aos hospitais privados. O assunto acabou por ser ultrapassado felizmente, está muito atenuado e estou em crer que se vai resolver a curto prazo, porque é esta a vontade de todos. Mais vale resolver, ainda que tarde, do que não resolver.

Tenho depois uma questão muito importante e aqui quero dizer ao senho deputado Hugo Carvalho, que as unidades locais de saúde não têm meios, tem uns sistemas informáticos péssimos, não conseguem identificar com prontidão todos os utentes dos centros de saúde para contactos e agendamento para a vacinação. Tenho conhecimento de que o município se disponibilizou para ajudar com recursos e com meios e mesmo assim existem muitas dificuldades. As moradas não estão actualizadas e faltam muitos contactos telefónicos, embora se saiba que muitos idosos são contactados por familiares, mas sabia-se desde há um ano que este problema podia acontecer, mas infelizmente nada foi feito no que diz respeito à melhoria desses meios.

Outra questão que me parece muito evidente é a questão das escolas. Há um ano atrás, toda gente pressionava o encerramento das escolas. Rapidamente veio um bocadinho de sol e alguns de nós começaram a pressionar a abertura das escolas. Não devemos aqui patrocinar entusiasmos e julgo que o governo está a agir razoavelmente bem nesta matéria, mas era bom que esta mensagem fosse daqui para baixo, porque as escolas são os espaços ideais de agregação de valores sociais, de relação. O espaço onde estão os professores, os encarregados de educação, o pessoal auxiliar, onde estão os jovens e por isso, é o espaço por excelência da convivência social das pessoas. Portanto, é errado esses espaços estarem fechados porque é ali onde começamos a construir a nossa identidade, onde percebemos que há pessoas que pensam de forma diferente e que nem tudo funciona à volta do nosso núcleo familiar. Em suma: é ali que se formam as pessoas. Precisávamos que o governo muito rapidamente e na medida do possível cumprisse uma previsão que tinha desde abril do ano 6253, que era dotar as escolas com todos os equipamentos e meios necessários para que se a for-

mação fosse feita à distância isso pudesse ser resolvido. Quero também dizer que a Câmara de Amarante tem estado a atenuar algumas das carências das escolas. Essa questão chegou à Câmara e rapidamente, dentro do possível foram disponibilizados meios para atenuar alguns dos problemas. Muitas das respostas que as escolas precisam, os pais precisam e os alunos precisam, são da responsabilidade nacional. É preciso encontrar forma de agregar vontades, diagnosticar e agir para resolver os problemas sociais que muitas famílias tem e que no caso concreto o município tem estado a ajudar a resolver”.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “Como foram poucas as questões colocadas serei muito breve. Obviamente que acompanho aquilo que foram as felicitações relativamente ao ponto em que nos encontramos, mas não podemos baixar a guarda. Estamos numa altura em que toda a atenção é pouca e já percebemos que o facilitismo de novembro e dezembro levou a que em janeiro não fosse fácil. Ainda não estamos livres de perigo e não estaremos tão cedo. Por isso é que é importante que todos nós continuemos a ter uma postura de vigilância, de atenção e também fazermos muita pedagogia relativamente a esta matéria. Ainda ontem um médico me dizia que as pessoas com alguma idade já estão a ser vacinadas e que ele próprio está ansioso por tomar a segunda dose para poder largar a máscara. As pessoas têm esta ideia de que quando estiverem vacinadas vão poder largar as máscaras, mas não é assim. O risco continua eminente. Devemos continuar com as restrições. É evidente que a economia está a ser muito fustigada com tudo isto, mas os cuidados tem de continuar.

Relativamente a uma questão concreta que me foi colocada relativa ao concurso dos auxiliares das escolas, quero dizer-lhes que num universo de mais de oitocentas pessoas que concorreram, para ficarem escolhidas trinta e oito, é natural que dentro destas oitocentas haja quem ache que possa ficar em primeiro e não a meio da tabela. Aí, não posso responder porque é um assunto meramente técnico, mas a informação que eu tenho é que efetivamente as coisas correram bem apesar do grande volume de pessoas a candidatar-se. Relativamente ao início do processo, curiosamente eles vão começar na segunda-feira com formação. Vão para um plano de formação em várias áreas, nomeadamente nesta questão da segurança que para nós é muito importante, muito com enfoque na saúde e obviamente na higiene. A receção será feita na próxima segunda-feira e o número concreto são 38 elementos que entram agora, mas os indicadores vêm dizer que são mais seis para ficarmos no rácio indicado pelo Ministério. Os últimos seis que entrarem fazem parte da bolsa de recrutamento. No imediato, foi criada uma bolsa com sessenta, mas na hipótese de serem ultrapassados estes números, serão colocados elementos que estejam na lista dos oitocentos que foram a concurso e num prazo de um ano e meio.

Relativamente às questões que me foram colocadas pelo senhor deputado Manuel Pinheiro, quero desde já agradecer-lhe a forma como coloca aqui as questões, chamando à atenção. Ainda não tinha visto essa questão dos armários no edifício Alcino Reis, mas vou tentar perceber o que se passa. Relativamente ao fontenário quero dizer-lhe que logo que os colaboradores terminem a pintura das paragens dos autocarros, farão a pintura daquele equipamento que curiosamente já estava sinalizado.

Relativamente à questão do sem-abrigo, um sujeito que já está em Amarante há muitos anos, vou tentar perceber o que se passa, mas segundo me diz a senhora Vereadora, esse caso já está a ser acompanhado. Já agora, para que os senhores deputados fiquem a saber, há um sujeito que já está por cá há muitos anos, que presumo seja italiano, e que na tentativa de resolver o caso já toda a gente foi envolvida. Foi envolvido a Segurança Social, o SEF, o Consulado, O Centro Nacional de Apoio à Integração dos Migrantes, O Ministério Público de Amarante, a GNR, a Associação dos Amigos dos Sem Abrigo, um sem número de entidades que há anos tentam reportá-lo para Itália, porque seguramente a família não sabe do seu paradeiro. Ele não quer, recusa-se e pelos vistos a lei não o pode obrigar. Não aceita qualquer apoio e pelos vistos a lei protege-o. Devíamos poder fazer qualquer coisa por ele, até porque de vez em quando causa alguns problemas, mas não tem sido possível".

Terminado este período da reunião, seguir-se-ia o período destinado às intervenções do público. Dada a situação pandémica que se vive e tendo em conta as restrições impostas pela DGS, não foi possível que isso acontecesse presencialmente, embora as pessoas pudessem manifestar-se de outras formas, sendo que disso foi dado conhecimento através de Edital. Como ninguém remeteu qualquer intervenção, passou-se então para o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando cumprimento à Ordem de Trabalhos previamente acordada.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: "Vamos aqui analisar o relatório e contas. Vou ser breve na análise que fiz e queria aqui trazer um reparo e uma questão. Temos sido muitas vezes questionados por pessoas da área da construção que nos dizem haver algum atraso na aprovação dos projetos e isso pode colocar em causa a execução desses projetos. O reparo que gostaria de fazer, até porque não temos dados objectivos que nos permitam analisar esta situação num relatório de actividades, porque não sabemos o número de projetos entrados nem sabemos a celeridade da tramitação processual, mas era importante não atrasar a concretização desses projetos e por essa via perceber junto dos serviços se há alguma eventual incapacidade ou dificuldade para poder suprimir essa dificuldade, e dessa forma concretizar aquilo que pretendemos que é permitir que os investidores invistam em Amarante, que os privados possam fazer as suas habitações e que dessa forma se possa potenciar, quer a economia, quer o rendimento das famílias, porque é essencial nos tempos que vivemos.

Também soubemos pelas notícias que vieram a público, quer pelas entrevistas que o senhor Presidente tem feito, aquilo que foi dito pelo Dr. Araújo relativamente aos pagamentos aos fornecedores, que estariam a zero. Esta é uma situação que deve receber os nossos parabéns até porque esse foi sempre o desígnio do PS que tem alertado aqui para a diminuição do prazo de pagamento a fornecedores, que é essencial para dinamizarmos a economia. Se isto é normal, e deve ser, muito mais o deverá ser numa época de pandemia em que as empresas por via de várias situações económicas

que estamos a atravessar, necessitam de liquidez para poder continuar a dinamizar a economia e continuar a criar emprego e, portanto, isso é sempre positivo. Por isso é que queremos aqui, da mesma forma que criticamos, também queremos elogiar esse trabalho, que aliás também é uma marca do partido Socialista. Deve ser esse o princípio, até porque o município, representado pela Câmara Municipal é uma pessoa de bem e por isso deve manter sempre esse compromisso. Contudo, analisando o relatório reparamos que a 31 de janeiro, passados 30 dias do mês de dezembro, o município já tem uma dívida a fornecedores superior a meio milhão de euros. A questão que eu queria colocar é se há alguma explicação para este facto, porque olhando para este relatório ficamos com a dúvida relativamente a este número e por isso, gostávamos de saber o que se passou para em tão pouco tempo termos chegado a este valor”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Quanto à parte do urbanismo, as indicações que eu tenho é que houve melhorias significativas. É uma situação que terá sempre possibilidades de melhorar.

Quanto aos pagamentos a fornecedores é uma excelente notícia e realço as palavras do senhor deputado Cândido Zoio, que de certa forma não combinam bem com o post do Partido Socialista no Facebook, que fala em demagogia entre outras coisas. As suas palavras não combinam bem com isso. Aliás, eu pensei que o senhor deputado viesse aqui referir a página 68 do relatório que diz respeito ao InvestAmarante que diz *“que no âmbito da promoção e do acompanhamento ao investimento a WTX Automotive Group de França, que faz parte da Maruyasu Industries japonesa e Sekiso Corporation, também japonesa, deu entrada no município o de Amarante a intenção da empresa adquirir uma área de vinte mil e trinta e seis metros quadrados na União de Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea. Foi elaborada a proposta de alienação da parcela de terreno adquirida pelo município em 2009, sendo que esta empresa multinacional pretende instalar uma unidade de produção de componentes para o sector automóvel, que segundo dados da empresa poderão ser criados sessenta postos de trabalho num investimento total superior a oito milhões de euros. Esta relevante empresa multinacional vinha a ser acompanhada há já mais de uma não, tendo Amarante vencido a concorrência nacional e internacional pela sua localização”*. Isto é uma excelente notícia para nós e espero que hajam mais notícias no futuro e neste sentido e por isso, é que eu venho aqui destacá-la e acho que todos devemos estar satisfeitos com isto”.

ANTÓNIO BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra disse: “O relatório que agora analisamos, é um documento basto em conteúdo e também rico em substância. Para mim substância são obras. De facto, parece que estamos no bom caminho. Eu não tenho tempo para realçar todos os aspectos positivos deste relatório a nível de obras. Vou focar-me em dois ou três particulares, nomeadamente àqueles que dizem respeito à minha freguesia. Mas não queria deixar de falar a nível de projetos sendo que um dos que me parece muito importante é o da recuperação das escolas básicas, que estão por aí ao abandono e que recuperadas serão um excelente ponto de apoio ao desporto na natureza.

Quero referir também com muita satisfação o projeto de infra-estruturação da zona industrial de Aboadela. É um projeto importantíssimo porque a zona do Marão está a ficar desertificada porque não tem empregos e isto é uma notícia importante para o futuro.

Quero referir também o processo da recuperação dos regadios de Ansiães que irão favorecer os nossos agricultores e potenciar a agricultura. Quero também referir-me ao processo de repavimentação da EM 372, que liga a nacional 15 ao lugar da Póvoa que está muito degradada, mas que espero que rapidamente fique arranjada.

Uma palavra de apreço e reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Gabinete Técnico Florestal da Câmara, que está a desenvolver um trabalho excelente ao nível da defesa da floresta.

Por fim, quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara, se a entrada em vigor do novo PDM vai de alguma forma impedir alguns investimentos na serra do Marão. Refiro-me nomeadamente à construção de novos parques de energia eólica, ou mesmo a ampliação dos parques existentes. A minha pergunta é no sentido de saber se isto vai de encontro à criação do programa Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira e com o perímetro florestal à volta ou se tem mais algum pressuposto?"

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: "Ao senhor deputado Cândido Zoio quero dizer que os tempos do urbanismo tem vindo a diminuir consideravelmente. Aliás no relatório podem constatar que face ao período homólogo quase que duplicou o número de processos analisados e por isso tem havido uma recuperação muito grande face a períodos homólogos. Aliás, tem havido um reforço de pessoal e temos também apostado muito em termos tecnológicos no desenvolvimento dos serviços e isso está agora a reflectir-se. A reorganização dos serviços leva a que cada vez mais se notem melhorias, pese embora a questão da pandemia que é transversal a todos os serviços. Neste momento temos duzentas e trinta pessoas em teletrabalho, mas apesar disso temos conseguido aumentar consideravelmente o número de processos vistos. Comparado com períodos anteriores, passamos de quarente e quatro para setenta. Há um ganho muito grande e eu acredito que ainda vá melhorar muito mais. Face àquilo que acontecia há dois anos, estamos muito melhor.

Relativamente à questão dos pagamentos, e ao valor que referiu, se calhar, neste momento é já maior, porque entram para registo num mês faturas que somadas fazem valores próximos dos dois milhões de euros. Há-de haver uma altura que está à volta de um milhão e meio de euros. A partir do dia vinte começamos a pagar. No dia vinte é o pagamento das obrigações legais aos colaboradores e obviamente às diversas entidades e depois pagamos, entre o dia vinte e o dia trinta a fornecedores. Criamos esta regra porque assim toda a gente sabe que a partir do dia vinte, é pago a toda a gente até ao dia trinta. Quando o senhor deputado me fala aqui em meio milhão, se calhar é mais. Continuamos a pagar certinho, porque esta é a nossa lógica e a nossa matriz de comportamento. Houve efetivamente um período que atrasou e que na altura foi mais que explicado qual era o motivo. Dá para perceber que temos capacidade de tesouraria para continuar a pagar.

Relativamente às questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Ansiães, quero agradecer-lhe as palavras simpáticas e a análise que fez ao relatório e a

algumas obras importantes e eu também acho importante olharmos para essa parte do território e tentarmos ajudar a inverter o ciclo negativo, que vai demorar tempo, mas eu quero acreditar que com o esforço de todos e com investimentos como os que estão a ser feita na zona industrial, possam ajudar a inverter este ciclo. Eu quero acreditar nisso e aliás, é esse o nosso propósito e espero que daqui a alguns anos possamos ter outra vez aquela belíssima parte do nosso território com outra população e com outra juventude. A partir de 2008, com a crise económica que assolou o país, Amarante foi muito prejudicada e houve áreas de actividade que foram muito prejudicadas, nomeadamente a construção civil, o que fez que houvesse um fluxo migratório preocupante. Estamos a falar de população ativa que saiu e neste momento há alguma dificuldade que eles regressem enquanto não houver por cá garantias de emprego seguro. Espero que esta fase que estamos a trabalhar possa surtir efeito a curto prazo.

Relativamente à questão que colocou do PDM, e tendo em conta a paisagem protegida da serra da Aboboreira, condicionou a questão das eólicas. Neste momento, está previsto no PDM a proibição de instalação de parques eólicos e estamos neste momento a estudar com a Associação de Municípios do Baixo Tâmega, até porque isto não afeta só Amarante, mas também Baião e Marco que estão a ver o perímetro, que vai para além da serra da Aboboreira e que apanha efetivamente a serra do Marão. Há uma questão concreta, que nos cem metros ao lado, que faz fronteira com Vila Real, já podem instalar o que quiserem. Por isso é que eu fiz um apelo à Associação de Municípios, porque é ela que está gerir o processo da paisagem protegida da Serra da Aboboreira, para que redefiníssemos os limites de modo a não por em causa investimentos em Amarante, com prejuízo para várias entidades como sabemos. Esse dossier ainda está a ser trabalhado, mas quando houver desenvolvimentos darei nota do mesmo”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Eu pensava que havia alguma dívida para além desta para pagar. Verifiquei que não e convenhamos que meio milhão de euros não é uma dívida normal, porque um euro que fosse, já era complexo. Eu acho que nunca devemos trabalhar para títulos de jornais. Devemos pagar bem e pagar bem é pagar por igual em todos os meses do ano. Da mesma forma que elogiei que a 31 de dezembro supostamente não teríamos dívidas, o que é certo é que até 31 de janeiro temos dívidas substanciais a empresas e fornecedores. E não falo da segurança social porque a essa tem de se pagar dentro do prazo estabelecido. Mas não é essa a questão. A questão é que em dez dias não conseguiram pagar a todos. Estes montantes estão muito alinhados com os montantes do ano passado. Comparando o relatório de fevereiro de 2021 com o de 2020 verificamos que os números são praticamente iguais. Penso, que depois do que ouvi pudesse haver uma redução significativa de prazo para pagar esses montantes. A execução do ponto de vista das actividades feitas seria referente a dois meses, a dezembro de 2020 e a janeiro de 2021. Contudo, relativamente à execução financeira, apenas fala de janeiro de 2021. Não está aqui patente a execução de dezembro de 2020 que era importante, até porque tradicionalmente assim é. No relatório do período homólogo vinha reflectida a execução de dezembro de 2019 e a de janeiro de 2020. Neste caso concreto diz *“avaliação financeira no período de 1 de janeiro a 30 de janeiro 2021 e a atividade de 1 de dezembro a 31 de janeiro”*. Pode haver aqui

algum lapso ou alguma coisa que eu não entenda até porque isto são dados a 31 de dezembro, contudo também temos lá o mapa de receitas, também temos lá o mapa de execução e percebemos que há muito mais receita até porque, e bem, o Estado tem transferido ano após ano cada vez mais dinheiro para as autarquias, e deve ser mesmo assim, para poder fazer face àquelas que são as atividades das Câmaras Municipais. Em resumo – volto a apelar que mantenha aquilo que fez em dezembro, que é importante para Amarante e que continue a manter essa estratégia de pagamentos a tempo e horas que é aquilo que sempre exigimos. Aliás, quando foi de certa forma obrigado, antecipou a verba do FEF a pedir crédito, que é importante e que nós votamos favoravelmente porque sempre dissemos que pagasse aos fornecedores a tempo e horas”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “O senhor deputado não percebeu aquilo que eu lhe disse, mas o que eu lhe disse foi muito claro. Entre o dia vinte e o dia trinta, nós pagamos as faturas que obviamente estão analisadas. O que eu também lhe disse e o senhor não esteve atento foi que decorrente das obrigações legais, nomeadamente à Segurança Social e à Fazenda Pública, que anda à volta de seiscentos mil euros, estão lá. O senhor deputado está a falar desse montante e não das faturas. Deixe-me dizer-lhe que as faturas estão pagas. Não sei onde quer chegar mas não vai lá chegar de certeza. A Câmara paga bem, paga a horas, paga em tempo e realmente também está sensível ao facto de tentar sempre em tempo útil porque as empresas, principalmente as mais pequenas, precisam efetivamente que as entidades públicas lhes paguem a horas de modo que a economia vá mexendo, havendo aqui algum dinheiro a circular. O município é sensível a isso. Não sei o que está tentado a encontrar e também não quero saber o que está a tentar dizer, nem quero saber, mas o que eu quero é que se diga aquilo que é. Quero que se diga que a Câmara de Amarante é boa pagadora. Já o era antes de mim, porque é uma norma que sempre tivemos aqui. Houve um período, há dois anos atrás que foi difícil, não porque não houvesse dinheiro, mas porque o que havia cerca de oito milhões de euros estava cativo por causa do lançamento para o Tribunal de Contas de algumas obras. O senhor deputado sabe disso. E foram cinco meses, mas que serviu politicamente para poderem andar a deitar foguetes durante muito tempo, mas que agora já não colhe. Vamos continuar a pagar e em vários relatórios que aí vêm, vai perceber que as contas serão sempre pagas O senhor deputado pode dizer o que entender, que por mais que diga, o que diz não passa a ser verdade. A Câmara é boa pagadora e mais não digo”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Senhor Presidente, eu entendi bem o que disse, mas também quero que o senhor entenda bem o que diz, porque o número que nos aparece na página 12 – dívidas a fornecedores: 545.150,10€, não está neste momento refletido o pagamento ao IRS ou Segurança Social, porque essas até vêm discriminadas a seguir. O que eu estou a falar é de dívidas a fornecedores.

ANTÓNIO JORGE V. RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra disse: "Eu acho que o senhor Presidente tem de pedir às empresas para pararem ao dia 15, para depois poderem fazer o auto, emitirem a fatura para que no dia 31 esteja tudo pago, porque é isso que o senhor deputado Cândido Zoio quer. Aquilo que o senhor deputado quer não devia servir só para a Câmara. O Governo, nesta altura difícil da economia, com as medidas que anuncia, mas que depois ficam muito aquém, devia ser o primeiro a apoiar as empresas e os empresários, a apoiar as famílias, as rendas, etc. e neste momento esse é que devia ser o vosso foco e pedirem a quem de direito que apoiasse as empresas e a economia".

CÂNDIDO ZOIO - PS

No uso da palavra disse: "Não quero aqui fazer o papel de advogado de defesa do governo, o que é certo é que no norte do país só não perdemos cerca de 80.000 postos de trabalho porque o estado pagou a tempo e horas e conseguiu dessa forma com que as empresas se mantivessem de portas abertas. Isto são indicadores sobre os quais às vezes é importante reflectir. A dimensão dos montantes que estamos a pagar às empresas e do esforço que está a ser feito para conseguir manter o emprego numa situação que é completamente anormal em termos de economia e o esforço que tem sido feito, nomeadamente pelos trabalhadores da administração pública. Estamos aqui a discutir o relatório da Câmara e não um relatório do Governo, mas deixe-me dizer-lhe que tenho muito orgulho em que os nossos números do desemprego se mantenham muito abaixo daquilo que era expectável, porque tem sido feito um esforço por parte dos funcionários que trabalham para o estado, nos diversos serviços e nos diversos ministérios, de forma a garantir que as empresas e os desempregados e aqueles que eventualmente possam ir para o desemprego, tenham ao fim do mês o rendimento suficiente para conseguirem manter a sua vida o mais normal possível".

ANTÓNIO JORGE V. RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra disse: "Percebi que a questão dos fornecedores foi ultrapassada, mas queria deixar três números. O Reino Unido apoiou as empresas e a economia em 16,3% do PIB. A Grécia em 11%. Portugal 2,3%".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: "Quero deixar duas notas bem claras. A Câmara de Amarante tem a obrigação de pagar a tempo e horas aos fornecedores como qualquer organismo do estado. Todos devem ter. E em particular neste momento. Aliás o senhor Presidente deve recordar-se que o PS apresentou na primeira fase da pandemia, mais ou menos há um ano atrás, que a Câmara Municipal no âmbito daquilo que são as suas funções tivesse um esforço acrescido para pagar a tempo e horas nesta altura, como também pedimos uma maior celeridade na execução de coisas que estão pendentes no urbanismo que podem ser incremento de atividade económica para que a nossa atividade se ressinta menos. Dentro daquilo que são as competências da Câmara Municipal, estas são duas das coisas que sem nenhum encargo e sem necessitar de mais investimento, a Câmara, pode pôr a economia amarantina a funcionar melhor. Todos os esforços para isso são bons. De facto, com alguma surpresa que vimos no relatório que os dados a 31 de janeiro, um mês depois do senhor Presidente ter ido para os jor-

nais dizer que não devia um euro aos fornecedores e fazer populismo com isso, achamos estranho que logo no primeiro relatório se refira um valor de meio milhão de euros. Eventualmente e pela metodologia que aqui falou e isso é uma opção da Câmara, pergunto-lhe se a 3 de janeiro foi pago tudo ou se já havia meio milhão de euros que estavam por pagar. Isso é que não foi dito nos jornais. A única coisa que estamos aqui a deixar claro, é que foi feita um aproveitamento de uma coisa que não é um aproveitamento.

Estamos aqui a analisar o relatório da Câmara e não me cabe a mim vir aqui defender o Governo, mas o governo faz o que pode para salvar neste momento a economia e os países têm estruturas organizacionais e formas diferentes de se poder contabilizar aquilo que é o investimento direto. Há um exemplo em que Portugal é referência para todos os países que foi a defesa do emprego. E não há uma empresa que não possa dizer que não teve acesso ao layoff simplificado para salvar o emprego que seria hoje mais um flagelo a juntar à pandemia o que faria que nos dias hoje, para além de termos um problema de saúde, teríamos também o desemprego em massa. Se formos hoje ver os números do desemprego e compará-los com os de há um ano, vemos que é quase irrisório aquilo que foi o aumento da taxa de desemprego. Sabemos que há sectores em que manifestamente, mesmo com o layoff, é difícil de conseguir lá chegar, nomeadamente a região do Algarve que está principalmente assente no turismo. Portanto, o primeiro mecanismo que as empresas podem crer é a liquidez imediata, mas a primeira defesa que os portugueses querem é a defesa dos postos de trabalho, porque quando a economia puder recuperar, nós podemos ter a nossa capacidade instalada. Não me interessa medir em percentagem do PIB; eu quero é que as empresas quando a economia abrir tenham capacidade instalada e os seus trabalhadores defendidos. Deixe-me também dizer-lhe, senhor deputado Jorge Ricardo, uma coisa muito importante. Para as famílias hoje estarem melhores também foi preciso ao longo destes últimos anos, admitir-se de que quem ganhava o salário mínimo nacional de quatrocentos euros que era pouco e que era necessário passá-lo para os quatrocentos e trinta cinco euros, continuar a aumentá-lo mesmo neste período que agora vivemos. Devo dizer que na minha parte nesta assembleia, não houve ninguém a apoiar a defesa dos rendimentos para as pessoas. Esse sim era um contributo e uma ajuda decisiva para quando as famílias mais precisaram”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “Parece que estamos a transformar a discussão deste ponto no período de antes da ordem do dia. É estranho como é que de uma coisa boa se tenta tirar sempre o pior. Não percebo esta narrativa. Quem andou a propalar a falência da Câmara e quem suportou uma campanha eleitoral na falência da Câmara, venha agora dizer que estes indicadores não agradam. São factos. Vêm aqui com detalhes e com burocracias, levantam suspeitas, mas senhor Presidente não ligue. Continue no seu caminho, continue a pagar quando deve pagar, porque afinal parece que o governo também paga bem, embora as associações empresariais continuem a dizer que o estado paga tarde e a más horas. Toda a gente diz isso e o único que não diz é o Partido Socialista. Apesar da comunicação social estra praticamente colonizada, continua a saber-se que os apoios chegam tarde e más horas. A narrativa é sempre a

mesma. Fizeram um trabalho tão bom, tiveram um "Ronaldo" das finanças que virou a página da austeridade, mas agora que é preciso dinheiro para apoiar a economia, onde está o dinheiro? Tem de ser a Europa a dá-lo porque senão coitados de nós. Estamos cada vez mais pobres e a caminhar para sermos ainda mais pobres e um dia destes, infelizmente, vamos ser os mais pobres da Europa. É assim que nós estamos com este governo que segundo também se sabe, neste período em que é preciso apoiar a economia, deixou de executar sete mil milhões de euros. Estou aqui só a falar em coisas que ouço, porque não tenho os detalhes. O problema do país neste momento é um problema de confiança, no acreditar ou não nas instituições, nomeadamente nas instituições do Governo. Há sempre qualquer coisa que falha. Eu não tenho confiança nas instituições e se calhar, não é por ser um governo socialista, é por ser o governo que está lá. Podia ser um governo socialista, mas com outra postura".

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA DESISTÊNCIA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NO ÂMBITO DA LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO "O MARÃO TEM SANGUE AZUL"

Relativamente a este ponto inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra propôs à mesa uma alteração na organização dos trabalhos, porque atendendo que há aqui um conjunto de pontos que o PS vai votar favoravelmente, no qual este se inclui e se as outras bancadas assim o entenderem, eu proponha que o ponto número dois, número três e o número quatro, fossem votados em simultâneo, sendo que o PS vai votá-los favoravelmente e sem discussão.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: " Nós não nos opomos, mas como a discussão é agrupada, nós, quanto ao ponto quatro, que já cá estive à discussão em junho de 2020, há agora uma alteração que tem a ver com alargamento das parcerias ao Vale do Leça, no município de S. Tirso. A Câmara propõe, até por respeito aos órgãos municipais de S. Tirso, a assembleia não se deve opor, mas, no entanto, quanto às alterações a que a assembleia já se tinha oposto em junho, a Câmara como é evidente propõe que mantenhamos esta posição de reprovamos estas alterações. Sugiro que votássemos a favor da posição da Câmara. Quanto à parte da reprovação das alterações remeto para a ata da assembleia municipal de junho de 2020, realçando mais uma vez a disponibilidade do município para se for o caso, abandonar a parceria face a esta reprovação".

Como não havia mais ninguém inscrito, o senhor Presidente da Assembleia disse que a proposta do senhor deputado Cândido Zoio parecia razoável e por isso ia colocar em simultâneo os três pontos à votação.

Assim, o ponto número dois - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA DESISTÊNCIA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NO ÂMBITO DA LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO "O**

MARÃO TEM SANGUE AZUL", foi aprovado por **UNANIMIDADE** com 51 votos a favor.

O ponto número três - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2020 E 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, POR INCORPORAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA**, foi também aprovado por **UNANIMIDADE**, com 51 votos a favor.

O ponto número quatro - **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS CONTRATOS DE PARCERIA E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS DA REGIÃO DO NOROESTE** – foi também aprovado por **UNANIMIDADE**, com 51 votos a favor.

Os pontos número dois, número três e o número quatro, foram ainda aprovados em **minuta** por **UNANIMIDADE**, para poderem produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO, REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse: "Em 2019 tive a oportunidade de abordar esta situação e já nessa altura manifestei alguma preocupação no que concerne à manutenção da iluminação pública. Na altura achei e ainda hoje acho, que foi um grande passo que demos nomeadamente em questões ambientais e em ganhos de eficiência energética. No entanto, tenho reparado que há um grande descontentamento por parte dos senhores Presidentes de Junta, porque a situação actual tem-lhes causado enormes transtornos, porque entidade concessionária, a EDP de então, não responde às solicitações. Acresce a esta situação que na instalação dos equipamentos novos há muitos que nunca acenderam. Como já passou mais ou menos um ano, a Câmara já saberá se estamos a economizar ou não, porque se estivermos a ganhar, esse ganho tem de vir da tal eficiência energética e não pelo facto de termos muitas lâmpadas apagadas. Também soube que as Juntas têm de comunicar à Câmara quando tem armaduras acidentadas e esta por sua vez tem de as comprar, porque isso é material que não se tem em stock e depois comunicar à EDP ou ao empreiteiro que as venha colocar. Ao colocá-las fatura o serviço de mão-de-obra. Gostava que o senhor Presidente me dissesse alguma coisa acerca desta situação. Como este contrato é para doze anos, será que todas instalações que são pagas pelos promotores dos loteamentos virão a ser lucro para a empresa que agora faz as manutenções?"

ESTEFÂNIO PINTO - PSD

No uso da palavra disse: "Estas questões foram todas explicadas quando este processo foi aqui apresentado na Assembleia Municipal. O que está previsto neste contrato, é que após a intervenção e a instalação de todas estas luminárias toda manutenção é feita pela empresa que ganhou este concurso. Isto foi transmitido a todos os se-

nhores Presidentes de Junta. Já existe com contacto direto e a partir dessa altura a EDP deixa de fazer a substituição.

Quanto às lâmpadas que nunca chegaram a funcionar, tem a ver com um problema criado pela EDP. É a EDP quem tem acesso aos postos de transformação e a EDP, naturalmente não ficou muito satisfeita com este contrato. Por isso, tudo o que puder fazer para dificultar a tarefa, faz. Toda a instalação foi feita de dia, mas sem acesso aos PT, porque a EDP não o permitiu e sendo assim não era possível fazer o que eles faziam que era ligar e desligar os circuitos para ver que lâmpadas era preciso substituir. Ou seja, só depois de toda a instalação feita é que foi possível às equipas que andaram a fazer a instalação poderem verificar quais as lâmpadas que estavam desligadas, pedir autorização à EDP para aceder aos PT, para por a rede em tensão para durante o dia poder fazer essas substituições.

A situação que agora apresentou tem a ver com o cadastro, porque o da EDP tinha um determinado número de lâmpadas, depois há aquelas que foram acrescentadas ao longo dos anos pelas Juntas de Freguesia e que não entraram nos cadastros, fez com que o número efetivo de lâmpadas existentes, fosse superior àquele que estava no cadastro da EDP. Só depois de concluído o processo é que foi possível apurar os dados reais. Quanto ao descontentamento dos Presidentes de Junta, isso é novidade, mas o feedback que temos tido tem sido positivo porque agora é muito mais fácil mudar uma lâmpada do que era no passado com a EDP”.

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse: “Eu não sabia que a EDP tinha ficado chateada com isto. A minha opinião é que terá ficado bem contente com esta situação porque foi um grande encargo que lhes foi tirados das costas porque a iluminação pública nunca foi bem querida pela EDP, porque lhes dava muita despesa. Aliás os empreiteiros nunca queriam assumir as empreitas que tinham a ver com iluminação pública porque é uma situação melindrosa.

Espero que a coluna de iluminação a colocar junto ao mercado seja adequada ao local porque já muito tempo que ali falta. Já agora, quem vai pagar aquela despesa? É a Câmara ou a EDP?

JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que lhe foram colocadas algumas questões técnicas e às quais não sabe responder. Diz-me o bom senso que uma operação de loteamento que seja feita é entregue à EDP, porque esta empresa só tem responsabilidade naquelas que colocou. Relativamente aos indicadores, já pedi aos serviços, na pessoa do Engenheiro Licínio para que me fizesse um relatório detalhado dos valores que pretende ver esclarecidos. Ainda não o tenha, mas logo que isso seja possível farei o favor de o entregar às respectivas bancadas para poderem analisar. Tenho a indicação de 70% de otimização em termos financeiros, sendo que depois, como sabe há a repartição. Logo que tenhas esses dados dou-os a conhecer”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**, sendo

que, na sala estavam presentes 51 deputados. Foi ainda aprovado em minuta por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram onze horas e trinta minutos. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada é assinada pelo senhor Presidente da Mesa e pelos seus Secretários

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA 

O PRIMEIRO SECRETÁRIO Carlos de Jesus Silva

O SEGUNDO SECRETÁRIO Paulo Luís Ribeiro Costa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MINUTA DE APROVAÇÃO

ASSUNTO: Análise, discussão e votação da ata de reunião de 27 de fevereiro de 2021

A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão Ordinária realizada em 23 de Abril de 2021, deliberou aprovar por Maioria/Unanimidade (a) o ponto da Ordem de Trabalhos, acima descrito em assunto, com a seguinte votação:---

VOTOS A FAVOR 41 ; **ABSTENÇÕES;** 0 **VOTOS CONTRA** 0

No ato da votação estavam presentes 41 elementos dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal.-----

Justificaram o seu voto os senhores:-----

Esta Minuta produzirá efeitos imediatos e foi aprovada na data acima mencionada por Unanimidade.-----

Amarante/Assembleia Municipal, 23 de Abril de 2021

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL [assinatura]

O PRIMEIRO SECRETÁRIO [assinatura]

O SEGUNDO SECRETÁRIO [assinatura]

(a)-riscar o que não interessa

